

ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE de HORTOLÂNDIA adverte a todos os licitantes, que não está hesitando penalizar empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos, se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.

Tel.: 19 3965-1400 ramal 6915| e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2022

EDITAL Nº 91/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2874/2022

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS (iniciais/documentos de habilitação)	08/06/2022 a partir das 08:00 horas				
PRAZO FINAL PARA CADASTRAMENTO (Propostas iniciais/documentos de habilitação)	21/06/2022 até as 09:00horas				
INÍCIO DO PREGÃO (fase competitiva)	21/06/2022 às 09:30 horas				
Tempo de Disputa:	10 minutos				
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).					
LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br					

O MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, através da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, após autorização do Secretário Municipal de SAÚDE nos termos da Lei Municipal nº 1.887/2.007, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará a abertura licitação na modalidade de Pregão Eletrônico instaurada sob o nº 73/2022, objetivando o "Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados a atendimento de Ordens Judiciais, nos termos das especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo", do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que passa a fazer parte integrante do presente edital, como se aqui transcrito fosse. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Federal n.º 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, Decreto

Tel.: 19 3965-1400 ramal 6915| e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



Municipal nº 1.423, de 09 de Setembro de 2.005, com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2.002, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, com base nas disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais normas complementares de direito privado e disposições deste instrumento.

1 – DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se como objeto deste Pregão Eletrônico o "Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados a atendimento de Ordens Judiciais, nos termos das especificações contidas no ANEXO I Memorial Descritivo", que passa a fazer parte integrante do presente edital, como se aqui transcrito fosse.
- 1.2. Para a aquisição ora licitada haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre o Município de Hortolândia Prefeitura Municipal de Hortolândia, e a licitante classificada em primeiro lugar.

2 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- 2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) KATIA REGINA CAMARGO RANIERI denominado(a) Pregoeiro(a), com auxílio da Equipe de Apoio, nomeado(a)s nos termos da Portaria nº 423/2022, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br).

3 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO



3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **4.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação.
- **4.2.** A Administração não estará obrigada a utilizar a **Ata de Registro de Preços,** uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **5.1.** Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:
- **5.1.1.** Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;
- **5.1.2.** Atendam a todas as exigências deste edital;
- 5.1.3. Em cumprimento à Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, inc. III, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2.014, foi destinado o percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado do objeto deste Pregão às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme consta do Anexo A do memorial Descritivo.
- **5.1.3.1.** O disposto no subitem acima não impede a participação das microempresas ou empresas de pequeno porte de participarem dos lotes/itens que serão destinados à ampla concorrência.

Tel.: 19 3965-1400 ramal 6915| e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



- 5.1.3.2. Se a mesma empresa vencer a cota RESERVADA e a cota AMPLA, a contratação se dará pelo menor valor.
- **5.2.** O licitante deverá estar credenciado até no mínimo 30(trinta) minutos antes do horário fixado no edital para apresentação da proposta e início do pregão.
- **5.3.** O custo de operacionalização e uso do sistema, **ficará a cargo dos licitantes do certame, que pagarão** à Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do Artigo 5º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.
- **5.4.** Será vedada a participação de empresas:
- **5.4.1.** Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o Poder Público;
- **5.4.2.** Suspensas de participar de licitações realizadas pelo Município de Hortolândia:
- **5.4.3.** Que estejam em processo de falência e recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução; e
- **5.4.4.** Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Hortolândia.
- **5.4.5.** Empresas reunidas em consórcio, qual seja sua constituição.

6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- **b)** Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame:
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Adjudicar o bem objeto da licitação, caso não haja manifestação de nenhum licitante quanto a intenção de apresentar recursos;
- j) Receber, examinar e encaminhar os recursos para decisão da autoridade competente;
- k) Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- I) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- **m)** encaminhar o processo à autoridade superior para abrir processo administrativo para apuração de irregularidade ocorridas durante a licitação, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação

7 – CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

- **7.1** Os interessados deverão nomear por meio do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br;
- **7.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará através de seu representante designado, o qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;



7.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

7.4 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações, no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br acesso "credenciamento – licitantes (fornecedores)". As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmlicitacoes.com.br.

7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias;

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a <u>Bolsa Brasileira de Mercadorias</u> a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8 - PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES

8.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlictacoes.com.br, **opção "Login" opção "Licitação Pública"** "Sala de Negociação".



8.1.1 As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

8.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

8.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00 horas (horário de Brasília).

9 – ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.1.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato da sessão eletrônica, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

9.3. Somente serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;



- **9.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- **9.5.** Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer equívoco da mesma natureza.
- **9.6.** Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.
- **9.7.** O licitante que não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o Artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.
- **9.8.** Estarão excluídos da aplicação das penalidades do subitem 9.7, os fatos decorrentes de "caso fortuito" ou "força maior".
- **9.9.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará</u> o autor dos lances aos demais participantes;
- **9.10.** Caso haja desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- **9.11.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes, via *Chat* do sistema



eletrônico, onde será designado dia e hora para continuidade da sessão;

9.12. A etapa de lances da sessão pública terá a duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esta etapa, a duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, por mais 2 (dois) minutos, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 2 (dois) minutos, o sistema prorrogará automaticamente por mais 2 (dois) minutos, e assim sucessivamente, até que não sejam registrados quaisquer lances. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando finalizado o segundo minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação;

9.13. Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

9.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor;

9.15. Concluída a fase de classificação das propostas, os documentos relativos à habilitação da empresa vencedora, bem como a proposta de preços atualizada, deverão ser impressos pela Administração Municipal, subsidiando o processo administrativo autuado para processamento da presente licitação.

9.16. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa

Tel.: 19 3965-1400 ramal 6915| e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

- **9.17.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- **9.18.** A(s) Microempresa(s), Empresa(s) de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverá(ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.
- **9.19.** Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e alterações na Lei nº 147 de 07/08/2014, serão observados os seguintes procedimentos:
- **9.19.1.** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:
- **9.19.1.1.** A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;
- **9.19.1.2.** No caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais que se



enquadrem no limite estabelecido no subitem 9.19.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto no subitem 9.19.1.1:

- **9.19.1.3.** Serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- **9.19.2.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.19.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- **9.20.** Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- **9.21.** Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 9.17 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- **9.22.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- **9.23.** Deverá ser emitida pelo sistema eletrônico de pregão a COV Confirmação de Venda, contendo as qualificações e especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado.
- **9.24.** Caso haja a necessidade de ser suspenso o Pregão, tendo em vista a quantidade de

itens, a Pregoeira designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

10 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no

CATOLANO POR CATOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e

verdadeiras suas propostas e lances

10.1.1 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser

informadas no campo próprio as MARCAS dos produtos ofertados. A não

inserção de informações contendo as marcas dos produtos neste campo

implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação

suficiente para classificação da proposta.

10.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no

ANEXO I - Memorial Descritivo:

10.3. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da

data da sessão pública do Pregão.

10.4. Serão aceitas até 02 (duas) casas decimais no preço unitário de cada

item ofertado.

10.5. O preço apresentado deverá abranger todas as despesas incidentes

sobre o objeto da licitação (impostos, fretes, seguros, taxas, encargos

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes,

prêmios de seguros etc.), bem como os descontos porventura concedidos.

10.6. Na proposta deverá conter a especificação completa do produto oferecido

com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação,

totalmente conforme descrito no **ANEXO I – Memorial Descritivo**, deste Edital.

10.7. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste

Edital ou da legislação em vigor.

11- DO EDITAL



11.1. Além da plataforma eletrônica disponível no website www.bbmnetlicitacoes.com.br, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br > Acesso rápido > Licitações > ou junto ao Departamento de Suprimentos, da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração, nos termos do Decreto Municipal 4.992/2022.

11.1.1. Este recolhimento deverá ser feito através da guia de arrecadação competente.

12 - DAS INFORMAÇÕES

12.1. As informações administrativas relativas a este PREGÃO poderão ser obtidas junto ao Departamento de Suprimentos do Município de Hortolândia, através do telefone (19)3965-1400 – ramal 6915, ou do e-mail **licitacao@hortolandia.sp.gov.br**.

13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **13.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no art. 24, caput, do Decreto Federal nº 10.024 de 2019.
- **13.1.1.** A Administração deverá decidir sobre a impugnação e responder os pedidos de esclarecimentos no prazo de **até 2 (dois) dia úteis**, contados da data de recebimento da impugnação.
- **13.1.2.** Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a

STOLAND WITH THE PARTY OF THE P

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

realização deste PREGÃO.

13.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de

participar deste PREGÃO até o trânsito em julgado da decisão.

13.3. Os recursos administrativos serão disciplinados nos termos do artigo 4º,

inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, observados os procedimentos lá

estabelecidos.

13.4. A impugnação ao edital deverá ser dirigida ao(à) Pregoeiro(a), com

indicação do procedimento licitatório a que se refere, devendo ser

protocolizado por meio eletrônico, através do e-mail

licitacao@hortolandia.sp.gov.br, ou junto ao Departamento de

Suprimentos, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro

Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia/SP, no horário das 08 hs às

17 hs.

14 - DA HABILITAÇÃO

14.1. A documentação relativa à habilitação deverá estar válida na data da

sessão, sob pena de inabilitação. A documentação deverá, ainda, ser anexada

na aba própria do sistema (documentos de habilitação), com arquivos

nomeados expressamente conforme pedido, até o prazo final fixado no

preâmbulo deste edital para o cadastro das propostas iniciais e habilitação.

14.2. A documentação relativa à regularidade jurídica é a seguinte:

14.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

14.2.2. Ato constitutivo consolidado, com objeto compatível, devidamente

registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades

por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores;



14.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

14.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.3. A documentação relativa à **regularidade fiscal** é a seguinte:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**:

14.3.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda do Estado** da sede ou domicílio da licitante, em especial ao tributo de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, dentro do prazo de validade.

14.3.3. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual** de contribuintes da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

14.3.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social – **INSS**, com a Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou via "internet", dentro do prazo de validade:

14.3.5. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – **FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, ou pela "internet", dentro do prazo de validade;

14.4. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira é a

CATOLANO POR CATOLANA POR CATOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

seguinte:

14.4.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial,

emitida pelo foro em que a proponente tem domicílio, expedida em data não

anterior a 180 (cento e oitenta) dias da abertura da sessão pública, se outro

prazo não constar do documento, nos termos do artigo 31, inciso II, da Lei

Federal 8.666/1993.

14.4.1.1. Na hipótese da proponente estar em recuperação judicial, possibilita-

se a apresentação de certidão positiva, com o Plano de Recuperação

homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua

viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os

requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

14.5. A documentação relativa à **regularidade trabalhista** é a seguinte:

14.5.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do

Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com

efeitos de negativa.

14.6. Outros documentos necessários para habilitação da licitante:

14.6.1. Declarações, Conforme ANEXO II;

14.7. A documentação relativa à comprovação de qualificação técnica é a

seguinte:

14.7.1. Comprovação de que possui Autorização de funcionamento emitido

pela ANVISA ou comprovação de isenção;

14.7.2. Comprovação de que os produtos ofertados possuem Registro no

Ministério da Saúde ou comprovação de isenção;



14.7.3. Bula(s) do (s) medicamento(s) do presente Memorial Descritivo, devendo as mesmas estarem identificadas com o número do item medicamento relacionados no memorial, organizadas de forma a não impedir ou dificultar sua análise.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

- **15.1.** Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor e com cópia de documento de identificação oficial com foto do subscritor.
- **15.2.** Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua emissão.
- **15.3.** Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pela equipe de apoio do(a) Pregoeiro(a).
- **15.4.** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- **15.5.** Não serão aceitos protocolos ou requerimentos.
- **15.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar <u>toda</u> a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta

STOLAND W

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

apresente alguma restrição;

15.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e

trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial

corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do

certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a

regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e

emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

15.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem

anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das

sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para,

em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos

termos do art. 4°, inc. XXIII, da Lei nº 10.520/02.

15.7. As certidões deverão ser negativas ou positivas com efeitos de negativas.

16 - DOS PROCEDIMENTOS

16.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências

essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser

supridas no ato da sessão eletrônica, por simples manifestação de vontade do

representante da proponente.

16.2. As demais propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem

crescente de preços, consoante critério de julgamento previsto abaixo.

16.3. Definida a classificação provisória, será registrada na ata da sessão

pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de

participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente

desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de

classificação provisória, conforme critério de julgamento.

16.4. Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se, a

CATOLANO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

desistente, às penalidades previstas neste edital.

16.5. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência

às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos itens 9.19.1

a 9.19.2 deste edital;

16.6. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas

apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais

ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

16.7. Declarada finda a etapa competitiva, o(a) Sr.(Sra.) Pregoeiro(a)

procederá à classificação definitiva das propostas, consignado-a em ata.

16.8. O(A) Sr.(Sra.) Pregoeiro(a) poderá negociar com a autora da oferta de

menor valor com vistas à redução do preço.

17 - DOS RECURSOS

17.1. Após o encerramento da avaliação das propostas comerciais e

documentos habilitatórios, o(a) Pregoeiro(a) informará aos licitantes, por meio

de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e

motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente,

campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br.

17.2. Havendo interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a), por mensagem

lançada no sistema via Chat, informará aos recorrentes que poderão

apresentar memoriais com as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após

o encerramento da sessão pública, e aos demais licitantes que poderão

apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a

correr do término do prazo para apresentação das razões recursais, nos termos

do 44°,§ 1° da Lei 10.024/2019;

17.3. As razões recursais e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente

CATOLANO POR CATOLANA POR CATOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

por meio eletrônico, no sítio, www.bbmnetlicitacoes.com.br, opção RECURSO;

17.4. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na

própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do

procedimento licitatório;

17.5. Na hipótese de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará

os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

17.6. O recurso contra decisão do(da) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo e o

seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de

aproveitamento.

17.7. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos

e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no

interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e

homologará o procedimento licitatório.

18 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

18.1. No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que

ofertar o MENOR PREÇO UNITÁRIO, desde que atendidas as especificações

e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

19 – DOS PREÇOS, DAS COTAÇÕES E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

19.1. Não haverá reajuste de preço na vigência da ata, por força da legislação

vigente.

19.1.1. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos

da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam

sobre o objeto licitado.



19.1.2. Serão desclassificadas as propostas cujo preço seja incompatível com a realidade do mercado.

19.2. No exercício de 2022, as despesas correrão por conta das seguintes fichas orçamentárias:

a) Ficha 675;

19.2.1. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento Programa.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 A detentora, quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.

20.2. Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.

20.3. Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.

20.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	
-----------------	--



EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

I = (6/100)	
365	

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

21 – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **21.1.** As obrigações resultantes deste PREGÃO constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo III**.
- **21.2.** Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação, para que o licitante vencedor assine a Ata de Registro de Preços.
- **21.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal do licitante vencedor, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.
- **21.4.** A critério da Administração, o prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado uma única vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação licitante vencedor.

22 – DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

22.1 Efetuar as entregas dos Itens, em estrita observância das especificações do memorial descritivo e seus anexos, bem como da proposta, junto à Central de Abastecimento da Saúde, no endereço, Rua



das Castanheiras, nº. 200, São Bento, Hortolândia – SP, galpão 63, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 as 15:00 horas, nas quantidades especificadas nas competentes Ordens de Fornecimento, dentro de prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos;

- 22.2. Apresentar nota fiscal/fatura de acordo com a Nota de Empenho;
- **22.3**. Promover a correção da nota fiscal/fatura que não for aprovada, prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- **22.4**. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos produtos até o local de entrega;
- **22.5.** Indicar preposto com poderes para representá-la perante a Municipalidade em tudo que se relacionar com o fornecimento dos medicamentos;
- **22.6.** Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e contratos derivados, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação;
- **22.7.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do registro de preços;
- **22.8.** Comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

23 - DO FORNECIMENTO

23.1. Após emissão das competentes nota de empenho em favor da(s) detentora(s), a Central de Abastecimento da Saúde expedirá Ordem de Fornecimento, estabelecendo quanto à entrega parcial ou total dos itens

CATOLANO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

empenhados.

23.2. O prazo para efetivação da entrega dos produtos não poderá ser superior

a 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do empenho.

(Medicamentos importados).

23.3. Os itens deverão ser entregues com prazo de validade de, no mínimo 6

(seis) meses, a contar da efetiva entrega, sob pena de devolução dos produtos.

23.4. Os produtos entregues deverão ser da mesma marca e fabricante

ofertados na proposta comercial.

23.5. Os objetos serão recebidos:

23.5.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da

conformidade com as especificações constantes do Edital, seus anexos e da

proposta.

23.5.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as

especificações e sua consequente aceitação, que se dará dentro do prazo

máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

23.5.3. Caso os produtos fornecidos não correspondam às especificações do

memorial descritivo e seus anexos, bem como a proposta apresentada, a

detentora/proponente vencedora deverá promover sua substituição, dentro do

prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação escrita da

Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem

prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

23.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser

procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se

o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



23.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.

24 - DAS PENALIDADES

- **24.1.** São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal n.º 4.309/2019, de 28 de novembro de 2019, conforme **ANEXO VI**;
- **24.2.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

25 - DA RESCISÃO DA ATA

- **25.1.** A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou o futuro contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:
- a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução da proponente vencedora:
- **b)** inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou do futuro contrato, por parte da proponente vencedora;
- c) a subcontratação ou cessão total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou do futuro contrato;
- **d)** descumprimento, pela proponente vencedora, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.
- **25.2.** A Prefeitura Municipal de Hortolândia poderá, também, rescindir a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou do contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem anterior, por mútuo acordo.



25.3. Rescindida a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do primeiro subitem deste capítulo, a proponente vencedora sujeitar-se-á a multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia, os serviços já prestados ou os produtos já entregues, podendo a Prefeitura Municipal de Hortolândia, segundo a gravidade do fato ou da falta, promover processo administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a proponente vencedora seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Prefeitura Municipal de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

26 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **26.1.** A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.
- **26.2.** O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.
- **26.3.** A proponente vencedora deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, todas as condições de habilitação.
- **26.4.** Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, é facultado ao (à) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **26.5.** Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) com a assistência de sua equipe de apoio e, sempre que possível, utilizando-se de legislação aplicável à espécie e dos princípios que norteiam o processo



licitatório, como também dos princípios gerais de direito.

26.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

26.7. Os atos praticados neste pregão, após sua abertura, serão publicados no Diário Oficial do Estado, bem como no Diário Oficial do Município de Hortolândia.

26.8. A licitante vencedora deverá apresentar junto com a Ata de Registro de Preços, o Termo de Ciência e Notificação, conforme modelo do **Anexo V**, devidamente preenchido e assinado.

27 - DOS ANEXOS

27.1. Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO A – RELAÇÃO DE PRODUTOS

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ANEXO VI - DECRETO MUNICIPAL N.º 4.309/2019

Hortolândia, 01 de junho de 2022.

IEDA MANZANO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal ANEXO I



MEMORIAL DESCRITIVO RC4271/2021 MP 735/2021 WEB 35303/2021

1 – OBJETO: Ata de registro de preços para aquisição de medicamentos destinados a atendimento de Ordens Judiciais, conforme anexo A.

2 – JUSTIFICATIVA:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS pela Secretaria Municipal de Saúde de Hortolândia, item descrito no ANEXO A.

Apesar de estabelecido no compartilhamento de responsabilidade pelo atendimento dos receituários com medicamentos de alto custo ser do Governo do Estado de São Paulo, as Decisões Judiciais para aquisição do medicamento deste Memorial recaem sobre a municipalidade.

A utilização do sistema de Ata de Registro para este processo licitatório, faz-se necessário pela imprevisibilidade da continuidade ou da alta médica, uma vez que a necessidade do medicamento está condicionada a manutenção da prescrição médica e a decisão do poder judiciário.

Saliento ainda que a Secretaria de Saúde a cada 03 (três) meses realiza em média processo de levantamento dos medicamentos judiciais derivados de novas ordem judiciais para iniciar novos certames licitatórios.

3 - DOS PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

- 3.1. O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- 3.2. Após emissão das competentes notas de empenho em favor da (s) detentora (s), a Central de Abastecimento da Saúde expedirá Ordem de Fornecimento, estabelecendo quanto à entrega parcelada dos itens empenhados.
- 3.3. O prazo para efetivação da entrega dos produtos não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do empenho (Medicamentos importados).
- 3.4. Os Itens deverão ser entregues junto à Central de Abastecimento da Saúde, situada na Rua das Castanheiras, nº. 200, São Bento, Hortolândia SP, Galpão 63, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 15:00.
- 3.5. Os Itens deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo, 06 (seis) meses a contar da efetiva entrega, sob pena de devolução dos produtos.
- 3.6. Os produtos entregues deverão ser da mesma marca e fabricante ofertados na proposta comercial.
- 3.7. Os objetos serão recebidos:
- 3.7.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do memorial descritivo e seus anexos e da proposta.
- 3.7.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações e sua consequente aceitação, que se dará dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.



- 3.7.3. Caso os produtos fornecidos não correspondam às especificações do memorial descritivo e seus anexos, bem como a proposta apresentada, a detentora/proponente vencedora deverá promover sua substituição, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação escrita da Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.7.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.

4 – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA (S):

A (s) empresa (s) detentora (s) deverá (ão):

- 4.1. Efetuar as entregas dos Itens, em estrita observância das especificações do memorial descritivo e seus anexos, bem como da proposta, junto à Central de Abastecimento da Saúde, no endereço, Rua das Castanheiras, nº. 200, São Bento, Hortolândia SP, galpão 63, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 as 15:00 horas, nas quantidades especificadas nas competentes Ordens de Fornecimento, dentro de prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos;
- 4.2. Apresentar nota fiscal/fatura de acordo com a Nota de Empenho;
- 4.3. Promover a correção da nota fiscal/fatura que não for aprovada, prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- 4.4. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos produtos até o local de entrega;
- 4.5. Indicar preposto com poderes para representá-la perante a Municipalidade em tudo que se relacionar com o fornecimento dos medicamentos;
- 4.6. Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e contratos derivados, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação;
- 4.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do registro de preços;
- 4.8. Comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5 – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA:

O Município de Hortolândia, através da Secretaria de Saúde, deverá:

- 5.1. Receber provisoriamente os itens, disponibilizando local, data e horário;
- 5.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do memorial descritivo e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Tel.: 19 3965-1400 ramal 6915| e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



- 5.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da (s) detentora (s), através de servidor especialmente designado;
- 5.4. Efetuar os pagamentos nos prazos previstos.

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 6.1 A(s) detentora (s), quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá (ão) as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.
- 6.2. Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.
- 6.3. Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.

7 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço do item.

8 – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

Todas as licitantes deverão apresentar:

- 8.1. Comprovação de que possui Autorização de funcionamento emitido pela ANVISA ou comprovação de isenção;
- 8.2. Comprovação de que os produtos ofertados possuem Registro no Ministério da Saúde ou comprovação de isenção;
- 8.3. Bula(s) do (s) medicamento(s) do presente Memorial Descritivo, devendo as mesmas estarem identificadas com o número do item medicamento relacionados no memorial, organizadas de forma a não impedir ou dificultar sua análise.

9 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 9.1. O critério de julgamento será o Menor Preço do item.
- 9.2. Os preços finais ofertados pelas licitantes não poderão superar os preços referenciais estabelecidos pela tabela CMED, da Anvisa.

10 – SUBCONTRATAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Será vedada a subcontratação ou cessão total ou parcial da Ata de Registro de Preços, bem como a participação de empresas em consórcio, por se tratar de aquisição de baixa complexidade e pequeno vulto.

11 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:



- 11.1. Os faturamentos deverão ser efetuados para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ N°. 13.843.145/0001-04.
- 11.2. O objeto descrito neste Memorial Descritivo conduz à marca e/ou fornecedor, em virtude do seu fornecimento determinado na decisão judicial indicar marca específica que deverá ser adquirida pela Administração e entregue aos pacientes que socorreram do Poder Judiciário.
- 11.3. Declaramos que o gestor, suplente de gestor e fiscal do contrato de aquisição serão nomeados através de portaria.
- 11.4. Quanto as datas constantes em documentos impressos do sistema, como a requisição de compras e mapas de preços, se referem a data do Sistema de Contabilidade
- 11.5. Certificamos que foi assegurada a cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte observando o percentual de até 25% em respeito ao artigo 48, inciso III, da Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

ANEXO A



	ESPECIFICAÇÕES				CECAM
ITEM	QTDD	UNS	СОТА	DESCRITIVO	
1	12	FR	AMPLA	ADDERA D3 3300UI GOTAS	01.002.7025
2	3	FR	RESERVADA	ADDERA D3 3000UI GOTAS	01.002.7025
3	338	COM	AMPLA	ALENTHUS XR 150 MG	01.002.6773
4	112	COM	RESERVADA	ALENTHUS XR 150 MG	01.002.6773
5	23	CAN	AMPLA	ALIROCUMABE 75MG/ML	01.002.6635
6	7	CAN	RESERVADA	ALIROCUMABE 75MG/ML	01.002.6635
7	675	COM	AMPLA	APIXABANA 2,5 MG (ELIQUIS)	01.002.6798
8	225	COM	RESERVADA	APIXABANA 2,5 MG (ELIQUIS)	01.002.6798
9	1013	COM	AMPLA	ARIPIPRAZOL 15 MG	01.002.6458
10	337	COM	RESERVADA	ARIPIPRAZOL 15 MG	01.002.6458
11	2363	COM	AMPLA	BACLOFENO 10MG	01.002.0221
12	787	COM	RESERVADA	BACLOFENO 10MG	01.002.0221
13	12	FC	AMPLA	BUSONID 50MG/120 DOSES	01.002.6766
14	3	FC	RESERVADA	BUSONID 50MG/120 DOSES	01.002.6766
15	75	FC	AMPLA	BROMOPRIDA GOTAS -20 ML	01.002.7019
16	25	FC	RESERVADA	BROMOPRIDA GOTAS -20 ML	01.002.7019
17	675	COM	AMPLA	CITONEURIM 5000UI	01.002.4719
18	225	COM	RESERVADA	CITONEURIM 5000UI	01.002.4719
19	675	COM	AMPLA	CLOBAZAM 20MG	01.002.6949
20	225	COM	RESERVADA	CLOBAZAM 20MG	01.002.6949
21	338	COM	AMPLA	CLOPIDOGREL 75MG	01.002.0239
22	112	COM	RESERVADA	CLOPIDOGREL 75MG	01.002.0239
23	338	COM	AMPLA	CONCÁRDIO 2,5MG	01.002.6642
24	112	COM	RESERVADA	CONCÁRDIO 2,5MG	01.002.6642
25	12	FC	AMPLA	DIGOXINA EXILIR 0,05MG/ML	01.002.0856
26	3	FC	RESERVADA	DIGOXINA EXILIR 0,05MG/ML	01.002.0856



27	338	SACHE	AMPLA	DIOSMIN SDU 900/100 - SACHES COM 05 GR	01.002.6603
28	112	SACHE	RESERVADA	DIOSMIN SDU 900/100 - SACHES COM 05 GR	01.002.6603
29	38	FC	AMPLA	DOMPERIDONA 1MG/ML(100ML)	01.002.7018
30	12	FC	RESERVADA	DOMPERIDONA 1MG/ML(100ML)	01.002.7018
31	2850	SERIN G	AMPLA	ENOXAPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 MG/0,2ML- SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC - SUBCUTÂNIA	01.002.1168
32	950	SERIN G	RESERVADA	ENOXAPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 20 MG/0,2ML- SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.1168
33	2850	SERIN G	AMPLA	ENOXAPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 60 MG/0,6ML- SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.1170
34	950	SERIN G	RESERVADA	ENOXAPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 60 MG/0,6ML- SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.1170
35	2850	SERIN G	AMPLA	ENOXAPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 80 MG/0,8ML - SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.6900
36	950	SERIN G	RESERVADA	ENOXAPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 80 MG/0,8ML - SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.6900
37	2850	SERIN G	AMPLA	ENOXOPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/0,8ML - SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.6947
38	950	SERIN G	RESERVADA	ENOXOPARINA SÓDICA EM SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 MG/0,8ML - SERINGA PREENCHIDA GRADUADA 1,0 ML - SC	01.002.6947
39	675	COM	AMPLA	ENTRESTO 24/26MG	01.002.6644
40	225	COM	RESERVADA	ENTRESTO 24/26MG	01.002.6644
41	1350	COM	AMPLA	ESPIRONOLACTONA 100 MG	01.002.4769
42	450	COM	RESERVADA	ESPIRONOLACTONA 100 MG	01.002.4769
43	338	COM	AMPLA	ESPIRONOLACTONA 25 MG	01.002.0115
44	112	COM	RESERVADA	ESPIRONOLACTONA 25 MG	01.002.0115
45	1688	COM	AMPLA	FRONTAL 2 MG	01.002.4634
46	562	COM	RESERVADA	FRONTAL 2 MG	01.002.4634
47	2700	COM	AMPLA	GABAPENTINA 300MG	01.002.0123
48	900	COM	RESERVADA	GABAPENTINA 300MG	01.002.0123
49	675	COM	AMPLA	GALVUS MET 50/1000MG	01.002.6864



50	225	COM	RESERVADA	GALVUS MET 50/1000MG	01.002.6864
51	1013	COM	AMPLA	GLICAZIDA 60 MG	01.002.666
52	337	COM	RESERVADA	GLICAZIDA 60 MG	01.002.6661
53	338	COM	AMPLA	GLIMEPIRIDA 2MG	01.002.6645
54	112	COM	RESERVADA	GLIMEPIRIDA 2MG	01.002.6645
55	200	FC	AMPLA	INSULINA NOVORAPID 10ML FRASCOS.	01.002.676
56	50	FC	RESERVADA	INSULINA NOVORAPID 10ML FRASCOS.	01.002.676
57	2250	CAN	AMPLA	INSULINA NOVORAPID FLEXPEN 100MG/ML 3ML (CANETA)	01.002.661
58	750	CAN	RESERVADA	INSULINA NOVORAPID FLEXPEN 100MG/ML 3ML (CANETA)	01.002.6613
59	113	CAN	AMPLA	INSULINA TRESIBA	01.002.677
60	37	CAN	RESERVADA	INSULINA TRESIBA	01.002.677
61	15	UN	AMPLA	PALMIATO DE PALIPERIDONA INVEGA SUSTENNA 100MG	01.002.083
62	5	UN	RESERVADA	PALMIATO DE PALIPERIDONA INVEGA SUSTENNA 100MG	01.002.083
63	15	UN	AMPLA	PALMIATO DE PALIPERIDONA INVEGA SUSTENNA 150MG	01.002.084
64	5	UN	RESERVADA	PALMIATO DE PALIPERIDONA INVEGA SUSTENNA 150MG	01.002.084
65	15	SER	AMPLA	PALMIATO DE PALIPERIDONA INVEGA SUSTENNA 75 MG	01.002.463
66	5	SER	RESERVADA	PALMIATO DE PALIPERIDONA INVEGA SUSTENNA 75MG	01.002.463
67	15	FC	AMPLA	LACRIFILM 15 ML	01.002.478
68	5	FC	RESERVADA	LACRIFILM 15 ML	01.002.478
69	30	FC	AMPLA	LACTULOSE 667MG/ML	01.002.091
70	10	FC	RESERVADA	LACTULOSE 667MG/ML	01.002.091
71	338	COM	AMPLA	LYRICA 150MG	01.002.677
72	112	COM	RESERVADA	LYRICA 150MG	01.002.677
73	675	COM	AMPLA	LYRICA 75 MG	01.002.680
74	225	COM	RESERVADA	LYRICA 75 MG	01.002.680



75	1013	COM	AMPLA	MICOFENOLATO MOFETILA 500MG	01.002.6589
76	337	COM	RESERVADA	MICOFENOLATO MOFETILA 500MG	01.002.6589
77	675	COM	AMPLA	MIRTAZAPINA 45 MG (COMPRIMIDO REVESTIDO)	01.002.6628
78	225	COM	RESERVADA	MIRTAZAPINA 45 MG (COMPRIMIDO REVESTIDO)	01.002.6628
79	1013	COM	AMPLA	MODAFINILA 100MG	01.002.6676
80	337	COM	RESERVADA	MODAFINILA 100MG	01.002.6676
81	675	COM	AMPLA	NEOVITE MAX	01.002.6647
82	225	COM	RESERVADA	NEOVITE MAX	01.002.6647
83	675	COM	AMPLA	NIFEDIPINO 20MG	01.002.6854
84	225	COM	RESERVADA	NIFEDIPINO 20MG	01.002.6854
85	338	COM	AMPLA	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 10MG	01.002.6902
86	112	COM	RESERVADA	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 10MG	01.002.6902
87	675	COM	AMPLA	PAROXETINA 20MG	01.002.6626
88	225	COM	RESERVADA	PAROXETINA 20MG	01.002.6626
89	675	COM	AMPLA	PRADAXA 150MG	01.002.6799
90	225	COM	RESERVADA	PRADAXA 150MG	01.002.6799
91	338	COM	AMPLA	PREGABALINA 150MG	01.002.4736
92	112	COM	RESERVADA	PREGABALINA 150MG	01.002.4736
93	1013	COM	AMPLA	PROCORALAN 5MG	01.002.6624
94	337	COM	RESERVADA	PROCORALAN 5MG	01.002.6624
95	45	BISN	AMPLA	PROPIONATO DE CLOBETASOL 0,05% CREME	01.002.6869
96	15	BISN	RESERVADA	PROPIONATO DE CLOBETASOL 0,05% CREME	01.002.6869
97	15	BISN	AMPLA	REGENCEL POM OFTALMICA	01.002.6769
98	5	BISN	RESERVADA	REGENCEL POM OFTALMICA	01.002.6769
99	338	COM	AMPLA	RITALINA LA 20MG	01.002.6793
100	112	COM	RESERVADA	RITALINA LA 20MG	01.002.6793
101	30	FC	AMPLA	SIMETICONA 75MG/15ML	01.002.7017
102	10	FC	RESERVADA	SIMETICONA 75MG/15ML	01.002.7017



103	60	BISG	AMPLA	TACROLIMO 0,1% 30G	01.002.6489
104	20	BISG	RESERVADA	TACROLIMO 0,1% 30G	01.002.6489
105	338	COM	AMPLA	THIOCTACID 600 HR 01.00	
106	112	COM	RESERVADA	THIOCTACID 600 HR	01.002.4741
107	338	COM	AMPLA	TORVAL CR 500MG	01.002.6800
108	112	COM	RESERVADA	TORVAL CR 500MG	01.002.6800
109	338	COM	AMPLA	TREZOR 10MG	01.002.6649
110	112	COM	RESERVADA	TREZOR 10MG	01.002.6649
111	15	FR	AMPLA	TRILEPTAL 6% - 100 ML	01.002.6942
112	5	FR	RESERVADA	TRILEPTAL 6% - 100 ML	01.002.6942
113	675	COM	AMPLA	URSACOL 150MG	01.002.6914
114	225	COM	RESERVADA	URSACOL 150MG	01.002.6914
115	1013	COM	AMPLA	URSACOL 300MG	01.002.6770
116	337	COM	RESERVADA	URSACOL 300MG	01.002.6770
117	630	COM	AMPLA	VALDOXAN 25 MG	01.002.4633
118	210	COM	RESERVADA	VALDOXAN 25 MG	01.002.4633
119	1013	COM	AMPLA	VENLAFAXINA 75MG	01.002.0086
120	337	COM	RESERVADA	VENLAFAXINA 75MG	01.002.0086
121	338	COM	AMPLA	XARELTO 15 MG (RIVAROXABANA)	01.002.6795
122	112	COM	RESERVADA	XARELTO 15 MG (RIVAROXABANA)	01.002.6795
123	675	COM	AMPLA	XARELTO 20MG(RIVAROXABANA)	01.002.6569
124	225	COM	RESERVADA	XARELTO 20MG(RIVAROXABANA)	01.002.6569
125	338	COM	AMPLA	SOMALGIM CARDIO 100MG	01.002.7026
126	112	COM	RESERVADA	SOMALGIM CARDIO 100MG	01.002.7026
127	338	COM	AMPLA	VENVANSE 50 MG	01.002.7027
128	112	COM	RESERVADA	VENVANSE 50 MG	01.002.7027



129	1688	COM	AMPLA	DULOXETINA 30MG	01.002.0862
130	562	COM	RESERVADA	DULOXETINA 30MG	01.002.0862
131	675	ENV	AMPLA	ACETILCISTEÍNA (200MG) - ENVELOPES COM 16 GR	01.002.6940
132	225	ENV	RESERVADA	ACETILCISTEÍNA (200MG) - ENVELOPES COM 16 GR	01.002.6940

ANEXO II



Processo Administrativo 2874/2022

MODELO DE DECLARAÇÕES

Ref: Pregão Eletrônico Nº 73/2022. Edital Nº 91/2022.

A empresa	, inscrita no CNPJ/MF sob o n ^o
	, por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a)	, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº
	e inscrito no CPF/MF sob o nº,
DECLARA, sob a	s penas da Lei:

- **a)** Que até a presente data, inexistem fatos que impeçam a sua habilitação na presente licitação e que a empresa está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- **b)** Que está ciente de todas as cláusulas e exigências existentes no presente Edital, e se sujeita às suas condições, bem como às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 que regem a presente licitação.
- c) Que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará no fornecimento do objeto desta Licitação, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz; nem menor de 14 anos em qualquer condição, nos termos do inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal de 1988, conforme Lei n° 9.854/99.



Local e data:
 Assinatura do Responsável pela Empresa
 (Nome Legível/ Cargo/ Carimbo do CNPJ)

^{*} esta declaração poderá ser apresentada por meio de cópia simples, preferencialmente em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da empresa.



ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE HORTOLANDIA
DETENTORA:
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 2874/2022
PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 73//2022
Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e dois,
nesta cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, as partes, de um lado o
MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno,
sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso
Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro
Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº
67.995.027/0001-32, e, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal,
Sr.(a), (nacionalidade), (estado civil), (qualificação
profissional), portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº,
devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da
Fazenda (C.P.F./M.F.) sob o nº e FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José
Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Remanso Campineiro, cadastrada junto ao
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF)
sob nº 13.843.145/0001-04, neste ato, ambos representado pelo(a)
Secretário(a) Municipal, Sr.(a), (nacionalidade), (estado civil),
(qualificação profissional), portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº
, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas
Físicas do Ministério da Fazenda (C.P.F./M.F.) sob o nº
doravante denominados CONTRATANTE , e, de outro lado, a
empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na
Avenida/Rua, Bairro, no Município



de, Estado de, cadastrada	i junto ao
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - (CNPJ/MF)
sob o nº, com Inscrição Estadual registrada	a sob nº
, neste ato representado por seu Diretor /	Sócio Sr.
, (nacionalidade), (estado civil), (qualificação pro	ofissional),
portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº, de	vidamente
inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da F	azenda –
(CPF/MF) sob nº, doravante denominada DETENTOR	RA, firmam
a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme decisão e	xarada no
Processo Administrativo protocolado sob nº 2874/2022.	
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO	
1.1. Constitui objeto desta ATA o Registro de Preços para a " aqu	ıisição de
medicamentos destinados a atendimento de Ordens Judici	iais" nos
termos das especificações contidas no ANEXO I - Memorial De	escritivo",
que passa a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de	er Preços,
como se aqui transcritas fossem.	
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO	
2.1. O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de	R\$
() conforme quadro abaixo:	

			AMPLA CONCORRÊNCIA	1		
ITEM	QUANT	UND.	DESCRITIVO RESUMO	Marca	Preço Unitário	Preço Total

ME/EDD
ME/EPP



ITEM	QUANT	UND.	DESCRITIVO RESUMO	Marca	Preço Unitário	Preço Total

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), bem como o valor do frete até o local da entrega e demais custos diretos e indiretos pertinentes ao objeto contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **3.1.** No exercício de 2022, as despesas correrão por conta das seguintes fichas orçamentárias:
- a) Ficha 675;
- **3.2.** No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento-Programa.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1. Não haverá reajuste de preço na vigência da ata de registro de preço, por força da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- **5.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, sendo vedada a sua prorrogação.
- **5.2.** A Administração não estará obrigada a utilizar a **Ata de Registro de Preços**, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.



CLÁUSULA SEXTA- DOS PAGAMENTOS

- **6.1** A detentora, quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.
- **6.2.** Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.
- **6.3.** Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.
- **6.4**. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o **Fundo Municipal de Saúde**, sob o número de **CNPJ 13.843.145/0001-04**.
- **6.5.**Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

I = (6/100)

Secretaria Municipal de Adi
Rua Jos Afráudio Alves dos Sant

Rua Jos Hortolândia-SP | CEP: 13.184-472

MB

Tel.: 19 3965-1400 ramal 6915| e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br

STOLAND W

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

N = Número de diasentre a data limite previstapara o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO

7.1. As obrigações decorrentes do registro de preços, a serem firmadas entre o **MUNICÍPIO** e a **DETENTORA** serão formalizadas através de contrato ou instrumentos equivalentes, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato ou instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n° 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **MUNICÍPIO** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização da execução contratual compatíveis com o solicitado pelo **MUNICÍPIO**, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. A (s) empresa (s) detentora (s) deverá (ão):



8.1.1. Efetuar as entregas dos itens, em estrita observância das especificações
do Edital e seus anexos, bem como da proposta, junto à Central de
Abastecimento da Saúde, no endereço, Rua, nº, bairro
, Hortolândia – SP, de segunda a sexta-feira, no horário das
07:30 às 11:30 horas e das 13:30 as 15:30 horas, nas quantidades
especificadas nas competentes Ordens de Fornecimento, dentro de prazo não
superior a 10 (dez) dias corridos;
8.1.2. Apresentar nota fiscal/fatura de acordo com a Nota de Empenho;
8.1.3. Promover a correção da nota fiscal/fatura que não for aprovada, no prazo
máximo de 02 (dois) dias úteis;
8.1.4. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes, carga e
descarga dos produtos até o local de entrega;
8.1.5. Indicar preposto com poderes para representá-la perante a
Municipalidade em tudo que se relacionar com o fornecimento dos objetos;
8.1.6. Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e
contratos derivados, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a
participação na licitação;
8.1.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes
ao objeto do registro de preços;
8.1.8. Comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

do prazo previsto, com a devida comprovação;

que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento



- **9.1.** A Prefeitura Municipal de Hortolândia se obriga a:
- **9.1.1.** Receber provisoriamente o objeto do contrato, disponibilizando local, data e horário.
- **9.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos/serviços prestados com as especificações constantes do memorial descritivo e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- **9.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da detentora através de servidor especialmente designado.
- **9.1.4.** Efetuar os pagamentos nos prazos previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- **10.1**. A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o fornecimento, nos temos do Memorial Descritivo Anexo I.
- **10.2.** A fiscalização exercida pela Administração não afasta, nem diminui as obrigações e responsabilidades da **DETENTORA** desta **Ata**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- **11.1.** São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal n.º 4.309/2019, de 28 de novembro de 2019.
- **11.2**. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei n° 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O Município de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno



direito a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- **a)** falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução;
- **b)** inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da **DETENTORA**:
- **c)** a subcontratação ou cessão total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou do futuro contrato;
- **d)** descumprimento, pela **DETENTORA**, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.
- **12.2.** O Município de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem anterior, por mútuo acordo.
- 12.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do primeiro subitem deste capítulo, a DETENTORA sujeitar-se-á a multa no percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Hortolândia, os objetos já entregues, podendo o Município de Hortolândia, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a DETENTORA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com o Município de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO TERMO CONTRATUAL

13.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão

CATOLANO POR CATOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ser formalizadas através de termo contratual, podendo ainda consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

13.2. A recusa da **DETENTORA** em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

13.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério da Administração, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida a ordem classificatória e as mesmas condições oferecidas pela **DETENTORA**, inclusive quanto ao preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente **Ata** e pelo futuro contrato, se houver, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Hortolândia,	de	de 2022

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

DETENTORA



ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA
CONTRATADA:
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 2874/2022
PREGÃO ELETRÔNICO nº: 73/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº:/2022
Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e dois,
nesta cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, as partes, de um lado o
MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno,
sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, Bairro Remanso
Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro
Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº
67.995.027/0001-32, e neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal,
Sr.(a), (nacionalidade), (estado civil), (qualificação profissional),
portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº, devidamente
inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
(C.P.F./M.F.) sob o n° e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ,
pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves
dos Santos, nº 585, Remanso Campineiro, cadastrada junto ao Cadastro
Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº
13.843.145/0001-04, neste ato, ambos representado pelo(a) Secretário(a)
Municipal, Sr.(a), (nacionalidade), (estado civil), (qualificação
profissional), portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº,
devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da
Fazenda (C.P.F./M.F.) sob o nº doravante denominados
CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, pessoa
jurídica de direito privado, sediada na Avenida / Rua,
Bairro, no Município de, Estado de



		,	cadas	strada	a junto	ao	Cad	dastro	Na	cional	de	Pes	soa
Jurídica	do	Ministe	ério	da	Fazen	da	- ((C.N.I	P.J./M	l.F.)	sob	0	nº
		,	con	n Ir	nscriçã	o E	Estad	dual	regi	strada	a s	ob	nº
		,	neste	ato	repre	esent	ado	por	seu	Dire	tor/So	ócio	Sr.
		, (nacio	nalida	ade), (e	estado	o civ	vil), (q	ualific	cação	profi	ssior	nal),
portador	da Cé	dula de	e Ider	ntidad	e (R.G	.) nº				,	devi	dame	ente
inscrita j	unto a	o Ca	dastro	de I	Pessoa	s Fís	sicas	do N	/liniste	ério d	a Fa	zend	a –
(C.P.F./N	1.F.)	sob	nº					, d	orava	nte	den	omin	ada
CONTRA	TADA	A , firma	m o p	reser	nte insti	umei	nto c	ontra	tual, r	na me	lhor f	orma	de
direito, pe	elas cl	áusulas	s e co	ndiçõ	es abai	xo re	lacio	nada	s:				

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

1.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela legislação posterior pertinente, e subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº 1.423, de 09 de setembro de 2.005 e a Lei Federal nº 10.520, de 14 de agosto de 2.002, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, bem como as disposições contidas no Processo Administrativo protocolado sob nº **2874/2022**, originário do Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico nº **73/2022**, seus Anexos, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. Constitui-se como objeto deste contrato a "aquisição de medicamentos destinados a atendimento de Ordens Judiciais, conforme especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo".

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. No exercício de 2022, as despesas correrão à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) codificada(s) sob o(s) número(s):

a) Ficha 675;



3.2. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo Orçamento-Programa, ficando a Administração obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS										
4.1.	0	prazo	de	vigência	do	presente	contrato	é	de	
() d	ias, contad	os a p	oartir de sua	a assinatur	a.		
CLÁI	CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS									
5.1. O valor total do presente contrato é de R\$ (
conforme quadro abaixo:										

ITEM	QUANT.	DESCRITIVO RESUMO	Preço Unitário	Preço Total

5.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), bem como o valor do frete até o local da entrega e demais custos diretos e indiretos relacionados ao objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 A contratada, quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.



- **6.2.** Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.
- **6.3.** Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.
- **6.4.** As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sob o número de **CNPJ 13.843.145/0001-04**.
- **6.5.**Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.



VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Não haverá reajuste de preços, por força da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1.** O Município de Hortolândia, através da Secretaria de Saúde, deverá receber provisoriamente os itens, disponibilizando local, data e horário;
- **8.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do memorial descritivo e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo:
- **8.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da (s) detentora (s), através de servidor especialmente designado;
- **8.4.** Efetuar os pagamentos nos prazos previstos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **9.1.1.** Efetuar as entregas dos itens, em estrita observância das especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta, junto à Central de Abastecimento da Saúde, no endereço, Rua das Castanheiras nº. 200, bairro São Bento, Hortolândia SP, galpão 63, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 as 15:30 horas, nas quantidades especificadas nas competentes Ordens de Fornecimento, dentro de prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos;
- **9.1.2.** Apresentar nota fiscal/fatura de acordo com a Nota de Empenho;
- **9.1.3.** Promover a correção da nota fiscal/fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis;



- **9.1.4.** Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos produtos até o local de entrega;
- **9.1.5.** Indicar preposto com poderes para representá-la perante a Municipalidade em tudo que se relacionar com o fornecimento dos objetos;
- **9.1.6.** Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e contratos derivados, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação;
- **9.1.7.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do registro de preços;
- **9.1.8.** Comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização exercida pela Administração não afasta, nem diminui as obrigações e responsabilidades da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- **11.1.** São aplicáveis as sanções previstas no Decreto Municipal n.º 4.309/2019, de 28 de novembro de 2019.
- **11.2.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei n° 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de



pleno direito o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- **a)** falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da CONTRATADA;
- c) a subcontratação ou cessão total ou parcial do contrato;
- **d)** descumprimento, pela **CONTRATADA**, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia;
- e) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.
- **12.2.** A Prefeitura Municipal de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem anterior, por mútuo acordo.
- 12.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "e" do primeiro subitem deste capítulo, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa no percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia, os serviços já prestados e/ou produtos já entregues, podendo a Prefeitura Municipal de Hortolândia, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a CONTRATADA seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Prefeitura Municipal de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação,



novação ou precedente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia, para dirimir quaisquer dúvidas não resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes de pleno acordo firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, para que o mesmo produza todos os devidos e efeitos legais.

Hortolândia,	de	de 2022.
i ioi tolaliala,	u C	GC ZCZZ.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

CONTRATADA



ANEXO V TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO: "Aquisição de medicamentos destinados a atendimento de
Ordens Judiciais, nos termos das especificações contidas no ANEXO I –
Memorial Descritivo" por meio de registro de preços.
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);



e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: José Nazareno Zezé Gomes
Cargo: Prefeito
CPF: 985.560.888-72
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO
DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:



ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço
eletrônico



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA ANEXO VI

DECRETO Nº 4.309, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas decorrentes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo como fundamento o artigo 115 da Lei nº 8.666/93.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º A aplicação das sanções e multas decorrentes das hipóteses indicadas nos artigos 81, "caput", 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, no âmbito do Município de Hortolândia, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Art. 2º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo edital do certame, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de que trata o artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação.

Art. 3º O atraso injustificado na execução do contrato para a execução de serviço ou obra, ou na entrega de materiais adquiridos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na proposta, edital ou contrato, conforme o caso, nas seguintes proporções:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia até o 30° (trigésimo) dia

STOLAND W

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

de atraso; e

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia a partir do

31º (trigésimo primeiro) dia de atraso e até o 60º (sexagésimo) dia.

§ 1º Ocorrendo a hipótese de atraso, devidamente certificado pelo

órgão competente da Administração que, nesta oportunidade, já se manifestará

sobre eventual prejuízo, o titular da Secretaria gestora do contrato deverá

oficiar a contratada, antes da aplicação da multa, para apresentar sua

justificativa, nos termos do artigo 7º, inciso I.

§ 2º Em sendo negativa a manifestação sobre eventual prejuízo de que trata o

parágrafo 1º deste artigo, tal condição deverá, quando da efetiva entrega do

objeto contratado, ser ratificada ou retificada através de nova manifestação do

órgão competente.

§ 3ºA justificativa do atraso somente poderá ser apreciada ocorrendo

caso fortuito ou força maior a impedir o cumprimento pela contratada no prazo

avençado.

4º Não será admitido atraso superior ao previsto no inciso II,

ficando caracterizada, após esse prazo, a hipótese do artigo 4º deste Decreto.

Art. 4º Pela inexecução total ou parcial do contrato para a execução de serviço

ou obra e entrega de material, fica a contratada sujeita às

seguintes penalidades:

I- advertência;

II- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida;

III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento

de contratação com a Administração;

IV- declaração de inidoneidade.



Art. 5º Os materiais, serviços e obras contratados entregues e não aceitos deverão ser substituídos e/ou corrigidos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a critério da Administração, contados do recebimento da notificação pelo contratado, sob pena de incorrer o fornecedor em inadimplência contratual.

Parágrafo único. Quando a substituição e/ou correção referidas no caput deste artigo for tecnicamente inviável no prazo indicado, tal situação deverá ser devidamente caracterizada e instruída no processo correspondente, assim como submetida à aprovação da Secretaria gestora do contrato com base em parecer técnico emitido pelo dirigente da área gestora do respectivo fornecimento.

Art. 6º O gestor, fiscal ou o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto da contratação, caso o titular da Secretaria gestora do contrato não o faça, deverá representar à mesma autoridade competente para aplicação da sanção administrativa, relatando a conduta irregular que teria sido praticada pelo contratado, os motivos que justificariam a incidência da penalidade, a sua duração e o fundamento legal.

§ 1º Quando se tratar de conduta irregular verificada durante o procedimento de licitação, caberá ao presidente da comissão de licitação ou ao pregoeiro responsável pelo certame a representação disposta no caput.

§ 2º A autoridade competente determinará a abertura de processo e designará servidor para presidir a apuração.

Art. 7º Nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e 4º deste Decreto, a parte implicada será intimada, por ofício, com aviso de recebimento juntado aos autos, a oferecer defesa prévia, por escrito, perante o titular da Secretaria gestora do contrato, nos prazos abaixo estabelecidos:

I- no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso dos incisos I, II e III do artigo 4º, contados da data da intimação;

II- no prazo de 10 (dez) dias, no caso do inciso IV do artigo 4º, contados da



data da intimação.

§ 1º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que

se encontrar a parte implicada, a intimação será feita por publicação no Diário

Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, computando-se o prazo

estabelecido neste artigo, a partir da última publicação, cujas cópias serão

juntadas ao processo.

§ 2º Decorrido o prazo, com ou sem defesa, o processo será remetido

à autoridade competente, titular da Secretaria gestora do contrato, com

relatório circunstanciado, para decisão.

Art. 8º Fica delegada ao titular da Secretaria gestora do contrato

a competência para processar e deliberar, aplicando, se for o caso, as multas e

sanções de que trata este Decreto, nas hipóteses de contratações decorrentes

de licitações nas modalidades e tipos previstos no artigo 23 da Lei federal nº

8.666/1993 e na modalidade prevista na Lei nº 10.520/2002, em sua forma

presencial ou eletrônica, bem como nos casos de dispensa ou inexigibilidade

com base nos artigos 24· e 25 desse mesmo diploma legal, obedecidos os

procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 9º Das multas e sanções aplicadas, caberá recurso ao

Prefeito, encaminhado por intermédio do titular da Secretaria gestora do

contrato:

I - no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da intimação, na hipótese do inciso IV

do artigo 4º deste Decreto, sendo que, em igual prazo, o titular da

Secretaria gestora do contrato, poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo

subir, devidamente informado, à consideração superior, devendo, neste caso, a

decisão ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do

recebimento do recurso;

II- no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação, nas hipóteses dos artigos 2º,

3º e incisos I, II,III do artigo 4º deste Decreto, podendo, no mesmo prazo, o



titular da Secretaria gestora do contrato reconsiderar de sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

- § 1º Os recursos obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 6º deste Decreto.
- § 2º Em se tratando de penalidade aplicada em procedimento licitatório na modalidade de Convite, o prazo para a apresentação de recurso será de 2 (dois) dias úteis, de conformidade com o disposto no artigo 109, § 6º da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores.
- § 3º Em quaisquer dos casos aludidos nos incisos I e II deste artigo, a reconsideração do titular da Secretaria gestora do contrato, quando ocorrer, deverá ser necessariamente ratificada pelo Senhor Prefeito.
- **Art. 10** As multas de que trata este Decreto poderão ser cobradas mediante dedução de eventuais pagamentos devidos à contratada ou, na ausência destes e a critério da Administração, do valor da garantia por ela prestada.
- § 1º O prazo para o recolhimento das multas previstas neste Decreto é de 15 (quinze) dias contados da notificação, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, por mais 15 (quinze) dias.
- § 2º Não sendo possível a cobrança de multas na forma prevista neste artigo, será a cobrança efetuada por meio de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção sobre o valor devido no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.
- § 3º As multas serão calculadas também sobre os reajustamentos contratuais, se houver.
- **Art. 11** As multas e sanções aplicadas com base neste Decreto são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.

CATOLAND TO STAND THE STAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Art. 12 É adotada, no âmbito da Prefeitura Municipal de Hortolândia, a IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) como índice de atualização por atraso de pagamento nos contratos de aquisição de bens, execução de obras e prestação de serviços, bem como para liquidação administrativa de valores devidos em razão da aplicação das multas de que trata este Decreto.

Art. 13 As normas estabelecidas neste Decreto deverão constar de todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art.14 As disposições constantes deste Decreto aplicam-se aos procedimentos licitatórios e de inexigibilidade e dispensa em andamento, ressalvados os percentuais de multas anteriormente pactuados nos contratos vigentes.

Art. 15 As multas e sanções referidas neste Decreto não impedem a aplicação de outras penalidades previstas em lei.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Hortolândia, 28 de novembro de 2019.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI Prefeito Municipal

CLAUDEMIR APARECIDO MARQUES FRANCISCO

Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal (Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia)



AVISO PREGÃO ELETRÔNICO

O Município de Hortolândia torna público aos interessados, a Abertura do Pregão Eletrônico nº 73/2022, Edital nº 91/2022, Processo Administrativo nº 2874/2022, cujo objeto consiste na Ata de registro de preços para aquisição de medicamentos destinados a atendimento de Ordens Judiciais, conforme especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo".

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS (iniciais/documentos de habilitação)	08/06/2022 a partir das 9:00 horas					
PRAZO FINAL PARA CADASTRAMENTO (Propostas iniciais/documentos de habilitação)	21/06/2022 até as 9:00 horas					
INÍCIO DO PREGÃO (fase competitiva)	21/06/2022 às 9:30					
Tempo de Disputa:	10 minutos					
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).						
LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br						

Além da plataforma eletrônica disponível no website www.bbmnetlicitacoes.com.br, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br > Acesso rápido > Licitações > ou junto ao Departamento de Suprimentos, da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia — SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância do equivalente ao custo por folha da Administração, nos termos do Decreto Municipal 4.992/2022.

Hortolândia, 01 de junho de 2022.

IEDA MANZANO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal